**UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE
JANEIRO LTDA. (UNIMED-RIO)**

CNPJ/ME nº 42.163.881/0001-01

RELATÓRIO

Processo Administrativo Disciplinar 008/2019

Dr. João Helio Leonardo de Souza (“Cooperado”)

Em **03.07.2019**, foi instaurado o PAD 008/2019 em face do cooperado João Helio Leonardo de Souza (“Cooperado”), oftalmologista, inscrito no CRM 52-438536, em decorrência dos fatos apurados na Sindicância 007/2019, que indicaria infração aos arts. XVII e XVIII do Capítulo 1 do Código de Ética Médica, art. 7º, alínea ‘e’ do Estatuto Social, art. 5º, I, II, X e XIV do Regimento Interno e art. 2º, I, II, X e XIV da Instrução Normativa 001/2017:

Código de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina

“I - A medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade e será exercida sem discriminação de nenhuma natureza.

XVII - As relações do médico com os demais profissionais devem basear-se no respeito mútuo, na liberdade e na independência de cada um, buscando sempre o interesse e o bem-estar do paciente.

XVIII - O médico terá, para com os colegas, respeito, consideração e solidariedade, sem se eximir de denunciar atos que contrariem os postulados éticos.”

Estatuto Social

“Art. 7º. O Cooperado se obriga a: (...)

e) Zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa”

Regimento Interno

“Art. 5º. É vedado ao cooperado:

I - descumprir os compromissos previstos no Estatuto Social, no Regimento Interno, nos dispositivos previstos na Lei 5.764/1971, nas deliberações da Assembleia e nas obrigações e resoluções internas da Cooperativa;

II - descumprir o Código de Ética Profissional;

X - manifestar-se, publicamente, por meio da imprensa ou das mídias sociais, de forma negativa à reputação da UNIMED-RIO, dos outros cooperados, dos administradores, dos órgãos de administração e dos colaboradores;

XIV - conduzir-se sem urbanidade e respeito em relação aos demais sócios, colaboradores e clientes de serviços médicos cooperados;”

Instrução Normativa nº 001/2017

“Art. 2º. Além das vedações previstas nesta Instrução Normativa, no Estatuto Social da UNIMED-RIO e na Lei 5.764/1971, é vedado ao cooperado:

I - descumprir os compromissos previstos no Estatuto Social, no Regimento Interno, nos dispositivos legais previstos na Lei 5.764/1971, nas deliberações da Assembleia e nas obrigações e resoluções internas da Cooperativa;

II - descumprir o Código de Ética Profissional;

X - manifestar-se, publicamente, por meio da imprensa ou de mídias sociais, de forma negativa à reputação da UNIMED-RIO, dos outros cooperados, dos administradores, dos órgãos de administração e dos colaboradores;

XIV - conduzir-se sem urbanidade e respeito em relação aos demais sócios, colaboradores e clientes de serviços médicos cooperados;”

Em **03.04.2019**, foi instaurada a Sindicância 007/2019, a partir de informações recebidas pela Diretoria da Unimed-Rio sobre comentários danosos feitos pelo Cooperado em grupo de Facebook à imagem e à honra da Cooperativa, da seguinte forma:

“Vejam o tipo de nível de assédio a que todos nós cooperados e ex-cooperados estamos sendo submetidos pela quadrilha de cretinos que se apoderou do comando da cooperativa carioca.

Parabéns, AMECOOP! Os cretinos passaram a reconhecer que você existe para defender os colegas da ação predadora daquela gente.

Unimed-Rio: O melhor plano de saúde é fugir desta.

Unimed-Rio: quem conhece, foge.

Parece que a turma da diretoria da cooperativa carioca e seus fiéis seguidores piraram de vez ou, então, começaram a sentir aquele ‘furinho’ ao final do tubo digestivo ficar bem apertadinho com o que lhes aguarda. O MP e a ANS não vão poder mais tergiversar sobre as pedaladas que estão fazendo dentro desta empresa pseudo cooperativa médica. Estão divulgando um abaixo assinado no Avaaz com o objetivo de fazer um ato de desagravo à diretoria da Unimed-Rio. Quanta comédia para este final de ano!

Pior é enganar cooperados com falsas notícias ufanistas, usando como comparativo números que cabem a outras operadoras de saúde dar satisfação. Pior é tirar o couro dos ‘sócios’ coma falsidade de serem pautadores de remuneração, enquanto as outras operadoras já pagam míseros R\$ 85,00 por consulta, sem falácias de IN 20 escamoteadas no valor. (...) Pior ainda é enganar seus ‘sócios’ induzindo-os a aprovar

contas fraudulentas de outras gestões em assembleias irregulares apenas para salvar a pele dos seus dirigentes no bloqueio de seus bens. (...)

A resposta mais óbvia é permitir que a diretoria intensifique sua campanha de idiotização para cobrar mais e aumentar o assédio para a extorsão financeira dos cooperatários, usando para isto os imbecilizados agentes de sua MAV, pagos sorrateiramente para este marketing a peso de ouro, na folha do hospital, para ninguém ficar sabendo.”

Em **07.05.2019**, foi enviado e-mail ao Cooperado para que prestasse esclarecimentos sobre os fatos acima narrados, o que não ocorreu. Por esse motivo, em **20.05.2019**, foi proferida decisão determinando a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – PAD.

Inicialmente, o Dr. Romulo Capello Teixeira foi nomeado como Relator da Comissão Disciplinar, mas, também em **03.07.2019**, pediu licença do cargo para o qual foi nomeado alegando impedimento, tendo em vista que já teve “*relação próxima de trabalho [com o Dr. João Helio] no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro, bem como em outras ocasiões*”.

Ato contínuo, em **15.07.2019**, foi designado o Dr. Pedro Henrique Stussi Cunha como Relator do PAD 008/2019.

Em **07.08.2019**, o Dr. Relator proferiu despacho determinando a intimação do Cooperado para que tivesse “*oportunidade de esclarecimentos dos fatos que geraram*” o PAD. A intimação foi realizada via Telegrama expedido em **08.08.2019**, o qual foi recebido na mesma data.

Diante da ausência de resposta do Cooperado, foram expedidos dois outros Telegramas, em **23.08.2019**, para que houvesse manifestação para apresentação de defesa nos autos do PAD no prazo de 10 dias corridos. O 1º Telegrama, destinado para Vila Isabel, não foi recebido; o 2º Telegrama, encaminhado para Botafogo, foi recebido.

Em **29.08.2019**, o Dr. Relator determinou a prorrogação do PAD por 60 dias adicionais.

Em razão da ausência de manifestação do Cooperado nos autos do PAD, a Comissão Disciplinar encaminhou e-mail ao Cooperado, em **13.09.2019**, informando que havia sido instaurado o PAD e requerendo a apresentação de defesa no prazo de 10 dias corridos contados do recebimento do e-mail.

Em **18.09.2019**, o Cooperado respondeu ao e-mail em questão, solicitando “*saber quais fatos ensejaram o presente PAD*”, solicitando, ainda, que o prazo de defesa fosse contado no momento em que fossem assegurados os princípios do devido processo legal e da ampla defesa. Na mesma data, em resposta, a Comissão Disciplinar enviou cópia da Sindicância 007/2019, reiterando o pedido de apresentação de defesa no prazo de 10 dias

Por ocasião desta última intimação, o Cooperado apresentou sua defesa, via e-mail e em **09.10.2019**, a qual não trazia argumentos de defesa na prática, mas tecia comentários irônicos e acusações contra os membros da Diretoria, nos seguintes termos:

“Inicialmente, causa-me surpresa que matérias postadas há mais de 2 anos somente agora tenham vindo à tona. O mesmo também em relação aos prints que foram feitos focando em minhas reais considerações, mas tirando todo o resto do debate do contraditório do contexto das imagens. Surpreende-me também que estas conversas que foram postadas em grupo fechado de Facebook restrito a médicos cooperados de Unimeds de todo o país, estando em linha com o conteúdo a que o grupo se destina, assim como o tema de debate não sendo exposto ao público em geral, sejam matéria de questionamento.”

“Muito surpreendente ainda foi verificar um print feito a partir de um grupo fechado de WhatsApp de minha turma de faculdade, onde também participa o marido da Sra. Diretora Administrativa desta cooperativa, Dra. Kátia Bello. Em resumo, existe um aparente conluio persecutório e aparelhamento de vigília que tem por objetivo cercear a voz e a palavra daqueles que apenas debatem e questionam, dentro dos limites democráticos, medidas contraditórias e lesivas ao bem-estar dos cooperados dentro desta cooperativa.”

“Eu ousaria dizer que, em decorrência de um recente histórico de grande litigância jurídica através do uso do setor jurídico da empresa por parte desta diretoria contra minha pessoa, estaria se alinhavando um novo tipo de ‘bullying’ contra o meu direito de opinião.”

“Quanto à diretoria administrativa desta cooperativa ter entendido que eu tenha cometido infrações ao Código de Ética Médica, sugiro que façam representação contra mim junto ao CREMERJ que tem, este sim, a prerrogativa de abrir processos éticos profissionais contra quem transgride o referido Código. Provavelmente, será apenas mais uma sindicância acrescida às inúmeras que lá permeiam tendo a Unimed-Rio como tema principal.”

Pouco antes da apresentação de defesa pelo Cooperado, a Comissão Disciplinar expediu nova intimação ao Cooperado, por meio de Telegrama e no dia **07.10.2019**, convocando-o a uma oitiva presencial para apresentar sua defesa no dia **14.10.2019**, às 14h, na sede da Unimed-Rio, inclusive com a presença de um advogado, se assim o desejasse.

Apesar de telegrama ter sido recebido em **08.10.2019**, o Cooperado não compareceu à oitiva presencial oportunizada, o que foi registrado na ata lavrada no dia **14.10.2019**.

Em **14.10.2019**, o Relator Pedro Henrique Stussi Cunha emitiu Parecer sugerindo a aplicação de pena de eliminação prevista nos arts. 12 e 13 do Estatuto Social da Unimed-Rio, nos arts. 5º e 8º do Regimento Interno e arts. 2º, 5º e 13 da Instrução Normativa 001/2017 e no art. 33 da Lei das Cooperativas, em razão da violação aos arts. XVII e XVIII do Capítulo 1 do Código de Ética Médica, art. 7º, alínea ‘e’ do Estatuto Social, art. 5º, I, II, X e XIV e art. 2º, I, II, X e XVII da Instrução Normativa 001/2017.

Em suma, o Dr. Relator entendeu que o Cooperado, *“ao publicar os posts cujo teor foi aqui apresentado, feriu a honra objetiva e a própria imagem da Cooperativa e de seus Dirigentes”*:

“Diante dos fatos supra apresentados, observa-se que, em nenhuma das diversas oportunidades concedidas ao Cooperado para apresentação de defesa, foram trazidos ao contraditório elementos que comprovassem os supostos atos abusivos cometidos pelos Dirigentes da Unimed-Rio, e com o aval desta Cooperativa.”

“Outrossim, os xingamentos e palavras de baixo calão foram empregados de modo absolutamente despropositado. O que se busca, através da

utilização deste tipo de linguagem, nada mais é do que a disseminação do ódio, e a humilhação de outrem, in casu, dos Dirigentes da Cooperativa perante colegas de trabalho e demais membros da comunidade médica fluminense.”

“Ora, é inegável que acusar os Dirigentes da r. Cooperativa, sem nenhum elemento comprobatório, de ‘proferir notícias falsas’, ‘enganar seus sócios para induzi-los a aprovar contas fraudulentas’, ‘aumentar o assédio para a extorsão financeira dos cooperatários’, bem como chamá-los de ‘quadrilha de cretinos’ configura patente agressão à honra destes profissionais”.

“Ao denominar a Unimed-Rio de ‘pseudo cooperativa’, e propagar os distorcidos slogans ‘Unimed-Rio: O melhor plano de saúde é fugir desta’ e Unimed-Rio: quem conhece, foge’, o Cooperado fere, notoriamente, a honra e a imagem da Cooperativa”.

“Isto posto, conforme será demonstrado a seguir, as atitudes do Cooperado violam, efetivamente o Código de Ética Médica, o Estatuto Social da Unimed-Rio, o Regimento Interno da Unimed-Rio, a Instrução Normativa nº 001/2017 e a Lei das Cooperativas – Lei nº 5.764/1971.

b) DO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA

De acordo com o Capítulo I do Código de Ética médica do Conselho Federal de Médica, as relações do médico om os demais profissionais devem basear-se na liberdade e na independência de cada um, buscando sempre o interesse e o bem-estar do paciente (art. XVII), e o médico terá, para com os colegas, respeito, consideração e solidariedade, sem se eximir de denunciar atos que contrariem os postulados éticos (art. XVIII).

Indubitavelmente, esta não foi a postura adotada pelo Cooperado ao realizar aludidas publicações.

c) DO ESTATUTO SOCIAL DA UNIMED-RIO

Uma vez membro da Cooperativa, o médico estará, durante o exercício de seu ofício, vinculado ao Estatuto Social da Cooperativa, bem como ao seu regimento interno e demais regulações que permeiam a relação jurídica firmada entre Cooperativa e Cooperado.

Sendo assim, o Estatuto prevê uma série de direitos e deveres dos X=Cooperados, dos quais destacamos o art. 7º, alínea, e, in verbis:

Art. 7º O Cooperado se obriga a) e) Zelar pelo patrimônio moral e material da Cooperativa.

Uma vez não observadas essas obrigações, nos termos do art. 12, poderá o Conselho de Administração, dentre outras faculdades, eliminar o cooperado que venha a exercer qualquer atividade considerada

prejudicial à Cooperativa, ou que colida com seus objetivos, bem como àquele que descumprir disposições da Lei, do Estatuto ou de deliberações tomadas pela Cooperativa.

d) DO REGIMETO INTER E DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 001/2017

Em conformidade às obrigações previstas no Estatuto Social, o Regimento Interno da Unimed-Rio e a Instrução Normativa nº 001/2017, igualmente, preveem que:

Art. 5º Além das vedações previstas no Estatuto Social da UNIMED-RIO, na Lei 5.764/1971 e na Instrução Normativa 001/2017, é veado ao cooperado:

I – descumprir os compromissos previstos no Estatuto Social, no Regimento Interno, nos dispositivos previstos na Lei 5.764/1971, nas deliberações da Assembleia e nas obrigações e resoluções internas da Cooperativa;

II – descumprir o Código de Ética Profissional;

X – manifestar-se, publicamente, por meio da imprensa ou das mídias sociais, de forma negativa à reputação da UNIMED-RIO, dos cooperados, dos administradores, dos órgãos de administração e dos colaboradores.

XIV – conduzir-se sem urbanidade e respeito em relação aos demais sócios, colaboradores e clientes de serviços médicos cooperados.

*A respeito da inobservância pelo Cooperado de suas obrigações e demais vedações previstas nas aludidas normas, os arts. 8º do Regimento Interno, e 5º da IN 001/201, a **eliminação** do Cooperado é ato do Conselho de Administração que se dará:*

I – quando o cooperado exercer qualquer atividade considerada prejudicial à Cooperativa ou que colida com os seus objetivos;

III – quando o cooperado descumprir disposições da Lei 5.764/1971, do Estatuto Social ou das deliberações tomadas pela Cooperativa;

Outrossim, conforme o art. 13º, as penalidades previstas nesta Instrução Normativa serão agravadas, quando o cooperado:

V – agir em desacordo com seus deveres regimentais e estatutários de forma a causar prejuízo à Cooperativa, aos cooperados e a terceiros.

Logo, pode-se corroborar a agravante da conduta do Cooperado, já que não restam dúvidas acerca da desconformidade de sua malograda conduta com os deveres regimentais, e estatutários, que devem ser observados diante da relação Cooperado e Cooperativa. Outrossim, os danos causados à honra e a imagem da Unimed-Rio e aos seus Dirigentes não podem passar impunes.”

Ato contínuo, em **08.11.2019**, o Conselho de Administração, com a composição da gestão anterior, acatando o Parecer da Comissão Disciplinar, expediu a Notificação de Eliminação ao Cooperado, para informá-lo sobre a aplicação da pena de eliminação, a qual foi recebida em **11.11.2019**.

O Cooperado, por sua vez, apresentou o Recurso ao Conselho Administrativo por e-mail, enviado tempestivamente em **21.11.2019**, alegando, em síntese, que a pena de eliminação seria excessiva à luz das normas aplicáveis, que preveriam penas mais brandas para a infração cometida, como advertência ou suspensão, nos seguintes termos:

“Contudo, data máxima vênia, a penalidade aplicada não se mostra proporcional aos fatos narrados, e está em desconformidade com as penalidades previstas na Instrução Normativa nº 01/2017.

A conduta imputada ao cooperado recorrente não está dentre aquelas passíveis da aplicação da penalidade de eliminação.

Vejamos. As penalidades previstas são: advertência, suspensão por 30, 60 e 90 dias e, por fim, a eliminação, aplicáveis numa escala de gravidade de condutas. (...)

Registre-se que até mesmo em caso de reincidência, aplica-se a penalidade de suspensão máxima, por 90 dias, e não a eliminação (artigo 10, IN 01/2017). Trata-se, portanto, de medida extrema, cuja previsão de aplicação não se coaduna com os fatos narrados no processo administrativo disciplinar.

Conforme a Instrução Normativa nº 01/2017, as condutas imputadas ao cooperado recorrente são passíveis de penalidade de advertência: (...)

Somente se aplicará a eliminação no caso de reincidência do §único do artigo 9º ou artigo 11, ou seja, após a aplicação, por 3 vezes, da penalidade de suspensão por 90 dias. (...)

Por fim, ainda que se considere os agravantes das penalidades descritos no artigo 13 da IN nº 01/2017, a penalidade de advertência ou suspensão seria apenas agravada com acréscimo temporal e jamais com a eliminação do cooperado.

Por todo exposto resta inequivocadamente comprovado que a penalidade de eliminação se afigura excessiva para o caso em tela. E mais, não encontra guarida na legislação apontada, a saber, Estatuto Social, Regimento Interno e Instrução Normativa nº 01/2017.”

No dia **05.12.2019**, foi enviado e-mail para o Cooperado, informando que o recurso foi recebido com efeito suspensivo e será encaminhado para Assembleia Geral para decisão.

É o relatório.